



PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO Nº 0006383-38.2011.2.00.0000

RELATOR : **CONSELHEIRO JORGE HÉLIO CHAVES DE OLIVEIRA**
REQUERENTES : **SINDICATO DOS SERVIDORES DAS JUSTIÇAS FEDERAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SISEJUF/RJ e SINDICATO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO FEDERAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - SINPOJUFES**
REQUERIDO : **TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 2ª REGIÃO**
ASSUNTO : **TRF 2ª REGIÃO - CUMPRIMENTO - DECISÃO - PROCESSO Nº 200810000022694 - SERVIDORES PÚBLICOS - CARGO ANALISTA JUDICIÁRIO - ESPECIALIDADE MÉDICA - CUMPRIMENTO - JORNADA DE TRABALHO - PROPORCIONALIZAÇÃO - REMUNERAÇÕES.**

VOTO

EMENTA: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO. JORNADA DE TRABALHO. ANALISTA JUDICIÁRIO ESPECIALIDADE MÉDICA. PRECEDENTES. MATÉRIA JUDICIALIZADA. JUDICIALIZAÇÃO POSTERIOR. USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA DO STF. RECURSO PROVIDO.

1. O caso em apreço é objeto de entendimento amplamente consolidado nesta Casa. Os ocupantes de cargo de Analista Judiciário – Apoio Especializado Medicina executam atividades inerentes à própria profissão, privativas dos graduados em medicina, e estão sujeitos à jornada de 4 (quatro) horas diárias). Precedentes.

2. A judicialização da matéria perante o TRF da 2ª Região, além de criar uma situação paradoxal e um cenário de desigualdade entre Analistas Judiciários da Especialidade Medicina do Poder Judiciário da União, foi posterior à decisão plenária do CNJ nos autos do Pedido de Providências nº 2008.10.00.0022694-1, o que caracteriza usurpação da competência do STF. Apenas ao STF compete o controle dos atos do CNJ, nos termos do art. 102, I, “r” da Constituição da República.

3. Recurso provido para determinar ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região a adoção da jornada de 4 (quatro) horas diárias aos servidores em exercício nos cargos de Analista Judiciário – Apoio Especializado Medicina, desde que não ocupantes de cargo em comissão ou investidos em função de confiança.



Trata-se de recurso administrativo interposto pelos Sindicatos requerentes em face da decisão monocrática proferida nos seguintes termos:

“A controvérsia apresentada a este Conselho não é nova. Há alguns precedentes deste órgão em que foi fixado o entendimento acerca da jornada de trabalho dos servidores médicos do Poder Judiciário e até mesmo daqueles investidos em função de confiança ou cargo em comissão. Contudo, tal análise não poderia prosseguir neste feito, em vista da notícia de que a matéria foi judicializada por meio da interposição dos mandados de segurança 2009.02.01.017664-0, 2009.02.01.017423-0 e 2009.02.01.017359-0 do Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Em diversas oportunidades o Plenário deste Conselho entendeu que, uma vez judicializada a matéria, o CNJ não pode examinar a questão na esfera administrativa, a bem de prestigiar-se a segurança jurídica e evitar-se interferência na atividade jurisdicional do Estado. Nesse sentido, vale transcrever:

RECURSO ADMINISTRATIVO NO PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. MATÉRIA JUDICIALIZADA PELA PRÓPRIA RREQUERENTE POR MEIO DE MANDADO DE SEGURANÇA. Segundo entendimento pacificado por este Conselho Nacional de Justiça, uma vez judicializada a questão, não cabe ao CNJ examiná-la, sob pena de, por vias transversas, imprimir ineficácia à decisão judicial ou esvaziar seu objeto. Recurso a que se nega provimento. (CNJ – PP 2956 – Rel. Cons. Felipe Locke Cavalcanti – 62ª Sessão – j. 13.05.2008 – DJU 02.06.2008).

RECURSO ADMINISTRATIVO EM PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. VI CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA FEDERAL DA 1ª REGIÃO. MATÉRIA JUDICIALIZADA. NÃO CONHECIMENTO DO PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. PRESCRIÇÃO. 1) Este Conselho Nacional da Justiça firmou orientação no sentido de não conhecer de matéria anteriormente submetida a via judicial pelo próprio requerente, como no caso. 2) É irrelevante a circunstância de ter sido a demanda judicial iniciada antes da criação do CNJ. A orientação pelo não conhecimento de matéria judicializada é ressalvada apenas nas hipóteses de ajuizamento de ação posteriormente à provocação do CNJ e quando tal judicialização não se dá pelo próprio requerente. Recurso a que se nega provimento (CNJ – PCA 5135 – Rel. Cons. Jose Adônis Callou de Araujo Sá – 81ª Sessão – j. 31.03.2009 – DJU 07.04.2009).

CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA. SUSPENSÃO DE ATOS DE NOMEAÇÃO E POSSE DE CANDIDATOS “SUB JUDICE”. LEGITIMIDADE ATIVA. MATÉRIA JUDICIALIZADA. (...). IV) Igualmente, não compete ao Conselho Nacional de Justiça apreciar Procedimento de Controle Administrativo cujo objeto conflite com os efeitos de decisão judicial referente à ação anteriormente proposta. Se anteriormente judicializada a matéria, o CNJ não pode examinar a questão na esfera administrativa, a bem



de prestigiar-se a segurança jurídica, evitar-se interferência na atividade jurisdicional do Estado e afastar-se o risco de decisões conflitantes. V) Procedimento de Controle Administrativo de que não se conhece, resultando prejudicado o Pedido de Reconsideração apresentado em face da decisão que indeferiu pedido de liminar (CNJ – PCA 344 – Rel. Cons. João Oreste Dalazen – 81ª Sessão – j. 31.03.2009 – DJU 07.04.2009).

Pelo exposto, não conheço do presente procedimento de controle administrativo e determino o seu arquivamento liminar, nos termos do artigo 25, inciso X¹, do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça.”

No Procedimento de Controle Administrativo em exame, os requerentes alegam que, conquanto este Conselho tenha proferido decisão de caráter normativo no sentido de que os servidores médicos do Poder Judiciário da União devem cumprir jornada de trabalho de 4 horas diárias, em virtude do disposto na Lei 8.112/90 e na Lei 9.436/97, o tribunal requerido deixa de observar esse regramento ao submeter os servidores lotados no TRF da 2ª Região e nas Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo à jornada de 7 (sete) horas diárias e 35 (trinta e cinco) semanais.

Requer que se determine ao TRF da 2ª Região que dê cumprimento à decisão proferida por este Conselho no pedido de providências nº 200810000022694, de modo que os servidores ocupantes do cargo de analista judiciário, especialidade medicina vinculados ao TRF da 2ª Região e às Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, passem a cumprir jornada de 4 horas diárias e 20 semanais, sem qualquer alteração em suas remunerações.

Instado a manifestar-se, o Tribunal requerido informou que os médicos daquele Tribunal e das Seções Judiciárias passaram a cumprir a carga horária de 7 horas diárias, tendo em vista decisões do Tribunal de Contas da União e do Conselho da Justiça Federal.

Informa, ainda, que os servidores que ocupam o referido cargo ingressaram com ação judicial, encontrando-se atualmente a matéria pendente de decisão no Supremo Tribunal Federal.

Em resposta à manifestação do Tribunal, os requerentes alegam que não há decisão do STF determinando o cumprimento de jornada de 7 horas diárias aos servidores médicos do Poder

¹ Art. 25. São atribuições do Relator:

(...);

X – determinar o arquivamento liminar do processo quando a matéria for flagrantemente estranha às finalidades do CNJ, bem como a pretensão for manifestamente improcedente, despida de elementos mínimos para sua compreensão ou quando ausente interesse geral; (...).



Judiciário, apenas decisão que, em reclamação (Rcl 10.694), deferiu medida liminar para suspender os efeitos de liminares deferidas pelos Relatores dos Mandados de Segurança n. 2009.02.01.017664-0, 2009.02.01.017423-0 e 2009.02.01.017359-0 do Tribunal Regional Federal da 2ª Região. As liminares teriam sido deferidas em face de usurpação da competência do STF para apreciar os *writs*, já que o ato coator partiu do Tribunal de Contas da União. Por conseguinte, tal decisão não afeta em nada a invocada decisão do CNJ sobre a matéria, que se mantém incólume, e deve ser cumprida pelos órgãos do Poder Judiciário, porque possui caráter normativo.

Em suas razões recursais os requerentes sustentam, em síntese, que a decisão recorrida deve ser modificada, uma vez que não se pede que seja proferida nova decisão, mas tão somente, que se garanta a aplicação de decisão já existente e com caráter normativo sobre a jornada dos servidores médicos.

Aduz que o fato que se coloca sob a apreciação desse Conselho é o de que o *“TRF da 2ª Região, sob o pretexto de dar cumprimento às decisões proferidas pelo Tribunal de Contas da União e pelo Conselho da Justiça Federal, vem descumprindo decisão de caráter normativo proferida pelo CNJ no Pedido de Providências nº 2008100000226941.”*

Requer, ao final, o conhecimento e o provimento do recurso, para modificar a decisão recorrida e, conhecendo do procedimento de controle administrativo, apreciar-lhe o mérito, para julgá-lo procedente, nos exatos termos postos no requerimento inicial.

É o relatório.

VOTO.

A decisão impugnada merece, com efeito, reparo. Os argumentos dos sindicatos requerentes abalam as razões do arquivamento liminar do feito.

A tese dos requerentes é de que a decisão do CNJ nos autos do Pedido de Providências nº 2008.10.00.0022694-1 deve prevalecer diante, até mesmo, da decisão proferida pelo Supremo Tribunal nos autos da Reclamação 10694 em trâmite no Supremo Tribunal Federal. Segundo os requerentes, o TRF da 2ª Região vem descumprindo decisão de caráter normativo proferida pelo CNJ no Pedido de Providências mencionado sob o pretexto de dar cumprimento às decisões proferidas pelo Tribunal de Contas da União e pelo Conselho da Justiça Federal.



Para avaliarmos o argumento dos sindicatos é preciso que façamos o resgate histórico da matéria em exame no âmbito deste Conselho. Inicialmente, vale destacar que a consulta indicada pelo Recorrente foi, com efeito, respondida no sentido de que “aos servidores médicos do Poder Judiciário da União deve ser exigida jornada de trabalho de 04 horas, nos termos da legislação federal especial, e com relação aos servidores médicos do Poder Judiciário dos Estados a jornada deve ser fixada pelo Tribunal, obedecida a legislação estadual sobre a matéria, quando existente”. Ademais, em recente julgado de minha relatoria, nos autos do Procedimento de Controle Administrativo 0006585-15.2011.2.00.0000, afirmou o CNJ que a decisão deste Conselho deve prevalecer, no âmbito do Poder Judiciário, sobre posicionamento diverso do TCU, considerando que o CNJ é o órgão máximo do controle administrativo do aparato judicial. Quanto a eventual entendimento divergente do Conselho da Justiça Federal, a solução segue o mesmo princípio: as orientações do CNJ, em virtude de sua competência constitucional e de sua posição hierárquica superior, devem ser observadas pelo Conselho da Justiça Federal.

Outrossim, há alguns precedentes do CNJ sobre a matéria em análise². Em todos é

² PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. JORNADA DE TRABALHO DOS SERVIDORES MÉDICOS DO PODER JUDICIÁRIO. DECISÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS 2008.10.00.002269-4. QUATRO HORAS DIÁRIAS. LEI 9.436/97. PORTARIA GPR 454. DESCUMPRIMENTO. 1) Os servidores médicos do Poder Judiciário da União devem cumprir a jornada de trabalho de 4 (quatro) horas diárias, nos termos da Lei 9.436, de 5 de fevereiro de 1997. 2) A Portaria GPR 454, de 28 de abril de 2009 regulamentou, no âmbito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, a jornada de trabalho dos ocupantes do cargo de Analista Judiciário, Área Apoio Especializado – Especialidades Medicina e Odontologia, em desacordo com a citada Lei e com a decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça nos autos do Pedido de Providências nº 2008.10.00.002269-4. 3) Pedido julgado procedente, determinando-se ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios que promova a alteração do art. 1º da Portaria GPR 454, especialmente no tocante à jornada de trabalho do Analista Judiciário, Área Apoio Especializado - Especialidade Medicina, adequando-a aos termos da decisão Plenária deste Conselho. (CNJ – PCA 0001499-97.2010.2.00.0000 – Rel. Cons. Jorge Hélio Chaves de Oliveira – 101ª Sessão – j. 23/03/2010 – DJ - e nº 56/2010 em 25/03/2010 p.12).

EMENTA: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO - JORNADA DE TRABALHO DOS SERVIDORES MÉDICOS DO PODER JUDICIÁRIO – QUATRO HORAS DIÁRIAS - LEI 9.436/97.

1. Os servidores médicos do Poder Judiciário da União devem cumprir a jornada de trabalho de 4 (quatro) horas diárias, nos termos da Lei 9.436, de 5 de fevereiro de 1997. 2. Havendo eventual colisão entre o posicionamento do TCU e o do CNJ, é este que deve prevalecer no âmbito do Poder Judiciário. O Conselho Nacional de Justiça não está subordinado às decisões do Tribunal de Contas da União quando estas tratarem de matéria concorrente às competências estabelecidas a este Conselho pela Constituição Federal. 3. Pedido deferido para determinar ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região a adoção da jornada de 4 (quatro) horas diárias aos servidores em exercício nos cargos de Analista Judiciário – Apoio Especializado Medicina, desde que não ocupantes de cargo em comissão ou investidos em função de confiança. (CNJ – PCA 0006585-15.2011.2.00.0000 – Rel. Cons. Jorge Hélio Chaves de Oliveira – 17ª Sessão Extraordinária).



assente o entendimento de que os ocupantes de cargo de Analista Judiciário – Apoio Especializado Medicina executam atividades inerentes à própria profissão, privativas dos graduados em medicina, e estão sujeitos à jornada de 4 (quatro) horas diárias, como previsto nos arts. 14 do Decreto-Lei 1.445/76 e 1º, “caput”, da Lei 9.436/97. Tais julgados encontram amparo, também, na decisão unânime do Supremo Tribunal Federal proferida nos autos do MS 25.027-5/DF, (Tribunal Pleno, Rel. Min. Carlos Velloso, *in* DJ de 01/07/05), em que a Suprema Corte decidiu que a jornada do médico servidor público é de 4 (quatro) horas, nos termos dos arts. 14 do Decreto-Lei 1.445/76 e 1º da Lei 9.436/97. O voto do E. Relator Ministro Carlos Velloso destacou que a jornada de trabalho dos médicos, no caso daquele feito médicos do TRT da 16ª Região, é regida pela norma específica, a qual, por princípio de hermenêutica, afasta a aplicação da norma geral. Vale transcrever, ainda, trecho do voto do Min. Marco Aurélio, proferido nos autos do referido Mandado de Segurança, “*verbis*”:

“Senhora Presidenta, a profissão é regulamentada a partir das peculiaridades da atividade desenvolvida. Em relação aos médicos, a Lei nº 3.999/61 prevê a duração normal do trabalho – salvo acordo escrito que não fira, de modo algum, o disposto no art. 12 – de, no mínimo, duas horas e, no máximo, quatro horas. Dir-se-á que a lei que criou os cargos não fixou uma jornada especial para os profissionais da saúde, mais especificamente para os médicos. Como ressaltado pelo relator, pouco importa, porque, no caso, tem-se remessa à legislação geral quanto aos servidores, tomados como a comporem quadro funcional da Administração Pública, do Tribunal Regional do Trabalho, e à legislação especial. No campo da Administração Pública, está em pleno vigor a Lei nº 9.436/97, categórica ao revelar que a jornada, em si, é de quatro horas, podendo haver a opção – feita à luz da Carta da República, e somente uma jornada reduzida a viabiliza – por duas jornadas, chegando-se, aí, às quarenta horas.

O Tribunal, como salientado pelo relator, tem regulamento a respeito, segundo o qual a duração do expediente dos servidores que exerçam profissão regulamentada e não estejam investidos em função comissionada subordina-se à jornada estabelecida na respectiva legislação, ou seja, na legislação que regulamenta a profissão.

O Tribunal Superior Eleitoral, ao enfrentar a matéria no Processo nº 13.742, sob a presidência do ministro Sepúlveda Pertence – lá estávamos o ministro Ilmar Galvão e eu, e creio que Vossa Excelência não integrava ainda a Corte –, concluiu, sem discrepância de votos, que se há de observar a jornada fixada para a categoria.

Disse bem o relator que a norma constitucional, viabilizadora da



Conselho Nacional de Justiça

acumulação, pressupõe jornada reduzida. E há referência na alínea “c” do inciso XVI do artigo 37 da Carta, que versa sobre a acumulação, a profissões regulamentadas – caso dos médicos.

De qualquer forma, teríamos o reforço, ainda, do artigo 13 da Lei nº 8.112/90, a preceituar que as condições de trabalho serão inseridas em termo inalterável por qualquer das partes, e eu diria também pelo Tribunal de Contas da União” (grifos nossos).

Assim, com tantos precedentes na mesma linha de solução jurídica, o resultado deste feito, tratando-se de matéria idêntica, deveria ser o mesmo. Ocorre que a matéria foi judicializada por meio da impetração dos mandados de segurança 2009.02.01.017664-0, 2009.02.01.017423-0 e 2009.02.01.017359-0 do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, nos quais foram deferidas as liminares para tornar optativa a jornada de 4 (quatro) horas diárias. Contra tal decisão, a União ajuíza a Reclamação n. 10694 no Supremo, cuja decisão liminar vale transcrever:

DECIDO. 4. A despeito de a Reclamante não ter trazido aos autos cópias das iniciais dos mandados de segurança impetrados no Tribunal Regional Federal da 2ª Região e os respectivos atos coatores, o documentos trazidos são suficientes para a análise do requerimento da medida liminar. 5. A Reclamante argumenta, em síntese, que os Relatores dos Mandados de Segurança n. 2009.02.01.017664-0, 2009.02.01.017423-0 e 2009.02.01.017359-0 do Tribunal Regional Federal da 2ª Região estariam usurpando a competência do Supremo Tribunal Federal prevista no art. 102, inc. I, alínea d, da Constituição da República. Fundamenta-se em que o Juiz Federal Diretor do Foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro e o Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, apontados como coatores nos referidos mandados de segurança, estariam apenas cumprindo ordem do Tribunal de Contas da União, que seria a parte passiva legítima para figurar nos mandados de segurança. A jurisprudência do Supremo Tribunal firmou-se no sentido de que não é parte legítima para figurar no polo passivo do mandado de segurança a autoridade que executa ordem do Tribunal de Contas da União: “EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. SECRETÁRIO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. ILEGITIMIDADE PASSIVA. ATO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. COMPETÊNCIA DO STF. PENSÕES CIVIL E MILITAR. MILITAR REFORMADO SOB A CF DE 1967. CUMULATIVIDADE. PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA. GARANTIAS DO CONTRÁRIO E DA AMPLA DEFESA. 1. O Secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão é parte ilegítima para figurar no pólo passivo da ação mandamental, dado que é mero executor da decisão



Conselho Nacional de Justiça

emanada do Tribunal de Contas da União. 2. No julgamento do MS nº 25.113/DF, Rel. Min. Eros Grau, o Tribunal decidiu que, "reformado o militar instituidor da pensão sob a Constituição de 1967 e aposentado como servidor civil na vigência da Constituição de 1988, antes da edição da EC 20/98, não há falar-se em acumulação de proventos do art. 40 da CB/88, vedada pelo art. 11 da EC n. 20/98, mas a percepção de provento civil (art. 40 CB/88) cumulado com provento militar (art. 42 CB/88), situação não abrangida pela proibição da emenda". Precedentes citados: MS nº 25.090/DF, MS nº 24.997/DF e MS nº 24.742/DF. Tal acumulação, no entanto, deve observar o teto previsto no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal. 3. A inércia da Corte de Contas, por sete anos, consolidou de forma positiva a expectativa da viúva, no tocante ao recebimento de verba de caráter alimentar. Este aspecto temporal diz intimamente com o princípio da segurança jurídica, projeção objetiva do princípio da dignidade da pessoa humana e elemento conceitual do Estado de Direito. 4. O prazo de cinco anos é de ser aplicado aos processos de contas que tenham por objeto o exame de legalidade dos atos concessivos de aposentadorias, reformas e pensões. Transcorrido in albis o interregno quinquenal, é de se convocar os particulares para participar do processo de seu interesse, a fim de desfrutar das garantias do contraditório e da ampla defesa (inciso LV do art. 5º). 5. Segurança concedida" (MS 24.448/DF, Rel.Min. Ayres Britto, Tribunal Pleno, DJ 14.11.2007, grifos nossos) Assim, neste exame precário, próprio das medidas liminares, plausível é a alegação da Reclamante quanto à usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal prevista no art. 102, inc. I, alínea d, da Constituição da República, pois o Tribunal de Contas da União seria a verdadeira autoridade coatora nos Mandados de Segurança n. 2009.02.01.017664-0, 2009.02.01.017423-0 e 2009.02.01.017359-0, impetrados no Tribunal Regional Federal da 2ª Região. 6. Pelo exposto, sem prejuízo de análise mais detida no julgamento do mérito da presente reclamação, defiro o pedido de medida liminar para suspender os efeitos das liminares deferidas pelos Relatores dos Mandados de Segurança n. 2009.02.01.017664-0, 2009.02.01.017423-0 e 2009.02.01.017359-0 do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, até decisão final desta reclamação. 7. Intime-se a Reclamante para que traga aos autos cópia das iniciais dos mandados de segurança e dos respectivos atos coatores, no prazo de 10 dias (art. 284 do Código de Processo Civil). 8. Requistem-se informações aos Relatores dos Mandados de Segurança n. 2009.02.01.017664-0, 2009.02.01.017423-0 e 2009.02.01.017359-0 do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e encaminhe-se-lhes cópia desta decisão (art. 14, inc. I, da Lei n. 8.038/90 e art. 157 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal). 9. Na sequência, vista ao Procurador-Geral da República (art. 16 da Lei n. 8.038/90 e art. 160 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal). Publique-se. Brasília, 30 de setembro de 2010. Ministra CÁRMEN LÚCIA Relatora (Rcl 10694 MC, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, julgado em 30/09/2010, publicado em DJe-188 DIVULG 05/10/2010 PUBLIC 06/10/2010)



Em síntese, o Supremo Tribunal Federal suspendeu liminarmente os efeitos das liminares deferidas pelos Relatores dos Mandados de Segurança n. 2009.02.01.017664-0, 2009.02.01.017423-0 e 2009.02.01.017359-0 do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, até decisão final da reclamação. Aquela Corte Suprema vislumbrou plausibilidade na alegação de usurpação da competência do Supremo prevista no art. 102, inc. I, alínea d, da Constituição da República, pois o Tribunal de Contas da União seria a verdadeira autoridade coatora nos *writs* mencionados, impetrados no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, considerando a jurisprudência assente daquele mesmo órgão no sentido de que não é parte legítima para figurar no pólo passivo do mandado de segurança a autoridade que executa ordem do Tribunal de Contas da União. Resta pendente o julgamento do mérito da Reclamação relatada.

A judicialização da matéria, que agora pende de julgamento no STF, acabou gerando uma situação paradoxal em que Analistas Judiciários com idêntica especialidade e igualmente lotados em Tribunais Regionais Federais devem cumprir jornadas de trabalho diversas. É, sem sombra de dúvidas, um cenário de desigualdade entre iguais, o que afronta as garantias constitucionais mais elementares do nosso sistema jurídico.

Ocorre que tal cenário desmorona diante do seguinte fato: o Mandados de Segurança impetrados no Tribunal Regional Federal da 2ª Região são posteriores à decisão do CNJ. A decisão que fixou em 20 horas a jornada dos médicos é antiga neste Conselho – data de 21 de outubro de 2008 – e bem anterior à judicialização da matéria pela impetração dos Mandados de Segurança anteriormente indicados. A pretensão específica de alguns Analistas Judiciários da Área Médica do Tribunal Regional Federal da 2ª Região foi submetida o exame jurisdicional em 2009, meses após o posicionamento do CNJ. Da decisão exarada no PP 2008.10.00.0022694-1 não decorreu impetração de Mandado de Segurança perante o Supremo Tribunal Federal, o órgão que controla as decisões deste Conselho. Portanto, têm razão os sindicatos recorrentes ao desejarem ver cumprida decisão anterior do CNJ.

Este Conselho firmou o entendimento de que a judicialização posterior à apresentação do pedido ao CNJ não afasta sua competência para conhecimento da matéria, senão vejamos:

QUESTÃO DE ORDEM. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. AÇÃO JUDICIAL POSTERIOR À APRESENTAÇÃO DE PEDIDO AO CNJ. INDIFERENÇA. – “Conforme pacífica jurisprudência do Conselho



Nacional de Justiça, não é ele órgão revisor de decisões judiciais. Contudo, a judicialização da questão administrativa submetida ao exame do Conselho Nacional de Justiça não pode ser induzida pela parte, em instância ordinária, depois de iniciado o procedimento no Conselho Nacional de Justiça, ante a insuperável reserva constitucional de prerrogativa de foro de que seus atos desfrutam (CF, art. 102, I, r). Logo, o julgamento de Procedimento Administrativo no âmbito deste Conselho não pode ser afetado, prejudicado nem neutralizado por ação judicial ajuizada posteriormente perante outra corte que não o Supremo Tribunal Federal. Questão de ordem resolvida pelo prosseguimento do Procedimento de Controle Administrativo” (CNJ – QO no PCA 200810000006172 – Rel. Cons. Antonio Umberto de Souza Júnior – 71ª Sessão – j. 07.10.2008 – DJU 24.10.2008).

No caso em apreço, a judicialização da matéria se deu após decisão plenária do Conselho, a qual só é impugnável perante o Supremo Tribunal Federal. O *decisum* posterior não merece subsistir, uma vez que a decisão do Plenário do CNJ não pode ser afastada por outro órgão administrativo ou jurisdicional, com exceção do STF (PCA 404-3 e PCA 1494-2). As decisões jurisdicionais exaradas por órgão diverso ao STF usurpam sua competência para controlar os atos do CNJ, único órgão competente para exercer tal controle, nos termos do art. 102, I, “r” da Constituição da República.

Subsiste, portanto, a determinação exarada nos autos do Pedido de Providências nº 2008.10.00.0022694-1. Enquanto não houver posicionamento diverso do Supremo Tribunal Federal, o Tribunal requerido deve seguir a orientação que é observada pelo Poder Judiciário da União, qual seja, a adoção de jornada especial para os Analistas Judiciários – Especialidade Medicina.

Pelo exposto, voto pelo provimento do recurso para determinar que o Tribunal Regional Federal da 2ª Região adote jornada de 4 (quatro) horas diárias para os servidores em exercício nos cargos de Analista Judiciário – Apoio Especializado Medicina, desde que não ocupantes de cargo em comissão ou investidos em função de confiança..

CNJ, 23 de março de 2012.